

INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA (INMA)

TECNOLOGISTA PLENO 1 – MEDICINA E CONSERVAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE

Prova Escrita Discursiva

Aplicação: 28/01/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Código de ética na medicina veterinária de animais silvestres

A ética e a legislação desempenham papéis fundamentais para a conservação da fauna, bem como para a medicina veterinária de animais silvestres. No Brasil, país com a maior biodiversidade do mundo, diversas normas e leis foram estabelecidas para garantir a ética e a legalidade no tratamento da fauna, e o médico veterinário deve conhecer as premissas éticas e legais de sua profissão. Além da legislação nacional, é importante que o profissional tenha ciência da regulamentação estadual e municipal ligada à fauna de sua região de atuação técnica.

A ética é um princípio fundamental que guia a conduta dos profissionais da medicina veterinária, garantindo o respeito à vida e ao bem-estar dos animais. A Resolução CFMV n.º 1.222/2018 estabelece o Código de Ética do Médico Veterinário, que prevê princípios aplicáveis à profissão, incluindo o atendimento aos animais silvestres. Esse código orienta a conduta profissional e estabelece os deveres do médico veterinário em relação aos animais, aos clientes, aos colegas e à sociedade. Além do código de ética profissional, é importante que o médico veterinário de animais silvestres conheça a Resolução do CFMV n.º 829, de 25 de abril de 2006, que disciplina o atendimento médico veterinário a animais silvestres.

2 Legislação brasileira de proteção à fauna e combate aos crimes ambientais

A promulgação da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que proíbe a utilização, a perseguição, a caça, a captura, a comercialização ilegal de animais silvestres e a destruição de seus habitats, foi um dos marcos da legislação brasileira de proteção à fauna. Em 1998, foi publicada a principal lei contra crimes ambientais em vigor atualmente no Brasil, a Lei n.º 9.605, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas contra ações lesivas ao meio ambiente, incluindo a fauna silvestre e doméstica.

O tráfico de animais silvestres representa um risco à conservação da fauna, além de gerar prejuízos econômicos e de saúde pública. Nesse sentido, o médico veterinário deve conhecer a legislação que determina a lista de animais cuja comercialização é isenta da autorização dos órgãos ambientais, como a Portaria MMA n.º 2.489, de 9 de julho de 2019. Adicionalmente, é importante compreender as normas que tratam da comercialização de fauna silvestre, como a Portaria IBAMA n.º 93, de 7 de julho de 1998, e o tratado assinado na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), cujas medidas foram implementadas no Brasil pelo Decreto n.º 3.607, de 21 de setembro de 2000, que estabelece os trâmites para comércio internacional que envolva exportação, importação ou reexportação de espécimes, seus produtos e subprodutos.

Ainda dentro da legislação ligada à conservação de fauna, é importante que sejam abordados aspectos legais para a proteção da fauna nativa contra outros tipos de riscos, por exemplo, o controle da fauna sinantrópica nociva (Instrução Normativa n.º 141, de 19 de dezembro de 2006) e a exigência da elaboração de plano de emergência individual para incidentes de poluição por óleo (Resolução n.º 398, de 11 de junho de 2008).

3 Legislação brasileira ligada ao manejo da fauna silvestre em cativeiro

Além do conhecimento de leis que combatam o tráfico de animais silvestres e promovam a conservação da fauna, o médico veterinário também deve demonstrar conhecimento em relação às categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro. A Instrução Normativa IBAMA n.º 7, de 30 de abril de 2015, pode ser citada, pois caracteriza e regulariza as exigências para cada tipo de estabelecimento de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, bem como a Instrução Normativa n.º 23, de 31 de dezembro de 2014, que define os procedimentos para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues voluntariamente aos órgãos ambientais.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Código de ética profissional e atuação do médico veterinário de animais silvestres

Conceito 0 – Não abordou o quesito.

Conceito 1 – Mencionou o quesito, mas não o desenvolveu.

Conceito 2 – Apresentou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, conceitos e normas legais relacionadas ao quesito.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito adequadamente, abordando corretamente conceitos e normas legais relacionadas.

Quesito 2.2 – Legislação brasileira de proteção à fauna e combate aos crimes ambientais

Conceito 0 – Não abordou o quesito.

Conceito 1 – Mencionou o quesito, mas não o desenvolveu.

Conceito 2 – Apresentou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, conceitos e normas legais relacionadas ao quesito.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito adequadamente, abordando corretamente conceitos e normas legais relacionadas.

Quesito 2.3 – Legislação brasileira ligada à manutenção de animais silvestres em cativeiro

Conceito 0 – Não abordou o quesito.

Conceito 1 – Mencionou o quesito, mas não o desenvolveu.

Conceito 2 – Apresentou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, conceitos e normas legais relacionadas ao quesito.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito adequadamente, abordando corretamente conceitos e normas legais relacionadas.